

13679 - Os cursos de Agroecologia no debate sobre formação de professores e articulação com a agricultura familiar camponesa

Courses in agroecology debate on teacher training and liaison with the peasant family farming

PINTO, Diogo de Souza¹; FERNANDES, Diogo Linhares²; OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira³; RAMOS, Lilian Maria Paes de Carvalho⁴

1. PPGEduc/UFRRJ, diogomococa@yahoo.com.br; 2. Agronomia, UFRRJ, dlinhares.fernandes@gmail.com; 3. Instituto de Educação – UFRRJ, liamar@ufrj.br; 4. Instituto Multidisciplinar – UFRRJ, lilianmpcramos@yahoo.com.br

Resumo: A crescente criação dos cursos de agroecologia merece atenção no que diz respeito ao protagonismo dos movimentos sociais pela trajetória de constituição deste ramo da ciência. Constatamos que as bases que sustentam os conhecimentos em alguns destes cursos não refletem efetivamente as experiências dos movimentos no âmbito da prática e do trabalho em Agroecologia nas comunidades de agricultores familiares. Esta característica culminou na recente criação participativa dos princípios e diretrizes da educação em Agroecologia. Este artigo dialoga com as pesquisas no âmbito da identidade profissional docente e dos cursos de Agroecologia na educação profissional, tomando como base o estudo de quatro cursos de diferentes instituições. Apontamos assim a necessidade de uma formação para os professores que atuam nestes cursos e a articulação entre as instituições de ensino e os movimentos sociais, para que as propostas da Agroecologia não sejam equivocadas na formação profissional dos agroecólogos.

Palavras-chave: profissionalização docente; ensino agrícola; educação do campo.

Abstract: The increasing creation of agro ecology courses deserve attention regarding the role of social movements in the recognition of this branch of science. We observed that the foundations underpinning knowledge in some of these courses do not effectively reflect the experiences of movements regarding agro ecological work practices carried out in the communities of family farmers. This feature led to the recent creation of participatory principles and guidelines of education in agro ecology. This paper discusses research in the field of professional teacher identity and agro ecology courses in college education, based on the study of four courses from different institutions. We point towards the need of training teachers to work in these courses and to the creation of bonds between educational institutions and social movements, so that the proposals of agro ecology are not misled during the process of forming professional agro ecologists.

Keywords: teacher training; agro ecological education; social organizations.

Introdução

O crescimento de cursos de Agroecologia em diferentes níveis de ensino tem levado as organizações acadêmicas e sociais que militam na construção do conhecimento agroecológico a darem uma atenção especial ao direcionamento deste fenômeno. Tendo a agroecologia nascido da luta de movimentos sociais e institucionais buscando consolidar uma proposta para o desenvolvimento da agricultura familiar, há de se considerar que esta ganhou sentido na luta de emancipação de esferas político-agrárias hegemônica para se tornar um processo produtivo e uma prática social sustentável, que está associada às esferas culturais e ambientais, significados na territorialidade de dada realidade camponesa, tal como entendido por Luzzi (2007). Tal paradigma, que vem sendo discutido e construído desde meados da

década de 1970, ganha uma expressiva força política nos últimos anos, como por exemplo, na elaboração da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (BRASIL, 2012), como também o reconhecimento dos cursos de Agroecologia pelos Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e de Cursos Superiores de Tecnologia (MEC, 2013).

Porém o que nos chama a atenção é a maneira com que o termo *Agroecologia* pode ser apropriado pelas instituições de ensino, pesquisa e de extensão, uma vez que os princípios desta ciência, mesmo que sejam bem definidos pela literatura, estes podem direcionar a um equívoco na criação de cursos e projetos que levam o nome de Agroecologia, mas que não estão amparados pelas práticas e interações sociais devidas. Este fenômeno trouxe às organizações do movimento em prol da Agroecologia, a necessidade de se conhecer estes cursos, levantando os saberes nos quais estão amparados e quais demandas são atendidas pelos mesmos (AGUIAR, 2010).

Sendo assim em 2006 foi criada uma comissão interministerial para discutir esta questão e pensar ações que ajudem a compreender este fenômeno, colocando em pauta as considerações pertinentes para a consolidação de uma proposta de educação em Agroecologia construída junto aos atores sociais que vem sustentando essas lutas, pela incorporação desta ciência na formação profissional, principalmente, das ciências agrárias (CBA, 2011). Os debates acumulados desde 2007 nos Fóruns e Seminários de Educação em Agroecologia, que aconteceram paralelos aos CBA's (Congresso Brasileiro de Agroecologia), apresentaram uma demanda para a construção das Diretrizes de Princípios da Educação em Agroecologia, visando dialogar com as experiências existentes e formalizar uma proposta que fundamenta a formação profissional do agroecólogo, bem como oriente as matrizes curriculares destes cursos. Tal processo resultou na construção coletiva desta proposta no último Seminário realizado em 2013 pelo Grupo de Trabalho de Educação em Agroecologia da ABA (Associação Brasileira de Agroecologia) em Recife-PB.

Neste sentido, o grupo de pesquisa Educação do Campo, Pedagogia da Alternância e Ensino de Agroecologia da UFRRJ vem ao longo dos últimos quatro anos estudando o processo formativo dos educadores destes cursos, bem como as propostas de diferentes cursos de Agroecologia e sua relação com os movimentos sociais populares do campo. Este artigo apresenta uma análise sobre algumas destas propostas, com o objetivo de discutir sobre a importância da formação docente em Agroecologia e o envolvimento dos cursos com a sociedade, buscando consolidar um processo formativo para os atores coletivos do campo.

Metodologia

No presente ensaio, se apresenta alguns dados de diferentes instituições pesquisadas. Nossos estudos se iniciaram no ano de 2010 no Colégio Técnico da UFRRJ – CTUR, com o curso técnico em Agroecologia, depois visitamos a Escola Técnica de Bebedouro-SP do Centro Paula Souza (ETEC), onde também é ofertado o mesmo curso e mais recentemente nossas pesquisas foram realizadas no curso superior Tecnólogo em Agroecologia da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e no curso técnico do Instituto Federal Baiano, campus de Valença-BA (IF Baiano). Durante as visitas foram realizadas entrevistas com professores e

estudantes da instituição e em alguns casos aplicados questionários, bem como foram estabelecidos diálogos com representantes de outros movimentos sociais envolvidos no processo de construção destes cursos, quando esta característica era encontrada. Neste sentido partimos de uma análise qualitativa dos dados das entrevistas e questionários para conhecer o processo histórico de criação destes, as perspectivas, desafios e também a concepção de Agroecologia pelos envolvidos neste processo e, desta forma, discutir como a educação formal em Agroecologia pode contribuir com a agricultura familiar.

Resultados e discussões

A criação dos cursos de Agroecologia apresenta diversos caminhos e podemos considerar que estes sofrem determinações sociais e institucionais que devem ser contextualizadas nos processos de ensino. O CTUR teve como característica a mudança na denominação do curso de Técnico em Agropecuária Orgânica que, após a criação do Catálogo Nacional do MEC em 2009, o curso passa a chamar-se de Técnico em Agroecologia. Porém não aconteceram mudanças no projeto do curso e nem nos conteúdos das disciplinas (PINTO *et al.*, 2012). No curso do Centro Paula Souza, em Bebedouro, a iniciativa foi para atender os assentamentos rurais da região, porém os agricultores tinham dificuldades de conciliar os estudos com o trabalho. Neste caso a pedagogia da alternância poderia ser uma estratégia para sustentar a proposta do curso. Recentemente observamos que o curso se extinguiu e deu origem ao curso Técnico em Agronegócio. Desde quando visitamos a instituição observamos uma deficiência no quadro docente em compreender a Agroecologia, visto que ninguém apresentava formação para tal proposta e não mantinha um diálogo com as organizações sociais destes assentamentos.

Já o curso Tecnólogo em Agroecologia da UEMS foi criado em articulação com a Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul (APOMS), neste caso todo projeto do curso e sua organização teve o apoio de atores do movimento social e sua metodologia formativa é a pedagogia da alternância. No IF Baiano o curso foi criado quando a Escola Média de Agropecuária Regional – EMARQ, vinculada a CEPLAC/MAPA (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), passa para os cuidados do Instituto Federal. Diante da política de expansão de cursos foi realizada uma consulta à comunidade e o curso técnico em Agroecologia surge como demanda a ser atendida.

Compreendemos que nestas instituições, independente de como os cursos tenham se originado, o quadro docente é uma das questões que merece atenção, pois ele reflete na concepção e apropriação do termo *Agroecologia*. Observamos que a grande maioria dos docentes nestes cursos relata não ter formação específica para atuar no ensino de Agroecologia, e não participar de movimentos ou discussões na área. Sendo assim, cabe-nos refletir – O que é ensinado sobre Agroecologia diante do cenário apresentado? Esta questão leva a pensar sobre a necessidade de uma capacitação para os professores que atuam nos cursos de Agroecologia que, segundo os mesmos, seria de grande contribuição para o seu trabalho docente. Também encontramos professores que tiveram uma trajetória na militância destes movimentos, ou outros que tiveram suas pesquisas na pós-graduação voltadas para a agricultura orgânica ou para a agricultura sustentável. Estes sujeitos representam um potencial articulador entre os princípios da Agroecologia construídos nas lutas

deste movimento e a consolidação destes cursos, porém ainda são poucos os educadores com esta característica.

O ensino da Agroecologia ainda se encontra em fase de construção porque temos a necessidade de conhecer os princípios e diretrizes que orientam a educação formal em Agroecologia. Uma vez que recentemente foram construídos em meio às dinâmicas socioculturais, econômico-solidárias e contra hegemônicas, devemos nos atentar para a formação profissional do agroecólogo nestes cursos, pois estes irão construir o conhecimento da Agroecologia no campo profissional e também no imaginário social. Sendo assim, acreditamos que o primeiro passo foi dado na construção dos princípios e diretrizes, mas há a necessidade em avançar e articular a formação docente dos educadores para que a Agroecologia não seja distorcida ou erroneamente apropriada pelos sujeitos que formam agroecólogos sem possuir eles mesmos uma formação sobre a base da Agroecologia.

A articulação com os movimentos sociais populares do campo seria uma marca importante para consolidar a proposta da Agroecologia no campo da educação. Uma vez que o debate sobre a reforma agrária, a dimensão cultural e o diálogo de saberes popular com o científico são fundamentais para esta formação (JESUS, 1996). Neste sentido observamos que nos cursos do CTUR e do IF Baiano esta característica não ocorre e isto se reflete no quadro discente deste cursos, onde não encontramos sujeitos oriundos da agricultura familiar. Porém, constatamos que no IF Baiano esta proposta é referendada como estratégia, uma vez que a escola da EMARC tinha tal característica e os professores que atuam no Instituto Federal buscam (re)construí-la. Na UEMS esta articulação é favorável e ajuda a manter uma proposta formativa dialogando com a realidade regional e a formação de assentados da reforma agrária e agricultores familiares.

Conclusões

Ao discutirmos estes resultados focamos nossas análises na formação de professores e na articulação das instituições com os movimentos sociais. Estas duas vertentes apontam para a necessidade de uma formação continuada no quadro docente que atuam nestes cursos e no envolvimento dos atores da agricultura familiar para consolidar os princípios que vem sendo construídos dentro dos movimentos em prol da Agroecologia. Assim compreendemos a importância da construção dos princípios e diretrizes que orientem a educação em Agroecologia, mas também apontamos para a necessidade de formação do quadro docente para que estes se tornem efetivos, buscando evitar certos equívocos na criação de cursos de Agroecologia sem o diálogo com os fundamentos que vem sendo construído pelas organizações sociais.

Agradecimentos

Agradecemos as instituições que nos receberam, aos professores, estudantes e militantes das organizações pelas entrevistas e a UFRRJ pelo apoio financeiro a pesquisa.

Referências bibliográficas:

AGUIAR, M. V. A. Educação em Agroecologia – que formação para sustentabilidade? **Revista Agriculturas**. V.7 – n°4. p. 4–6. Dez. Rio de Janeiro – RJ, 2010.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. **Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/.../d7794.htm>. Acessado em: 23 de jul. de 2013.

CBA. VII Congresso Brasileiro de Agroecologia. **Relatório do Seminário: Educação Formal em Agroecologia**. Fortaleza – CE. 2011. Disponível em: <<http://www.cbagroecologia.org/wp-content/uploads/2012/06/Relato-do-Semin%C3%A1rio-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-CBA-20111.pdf>>. Acessado em: 10 de out. de 2012.

JESUS, E. L. de. **Perfil do Profissional para atuar em Agroecologia: Um novo Desafio às Escolas de Ciências Agrárias**. In: Formação profissional do Engenheiro Agrônomo. FEAB-UNE-CONFEA, Cruz das Almas – BA, 1996.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. Tese de doutorado, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. 2007.

MEC. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e Catálogo Nacional de cursos técnicos**. Disponível em: <<http://catalogosept.mec.gov.br>>. Acessado em: 23 de jul. de 2013.

PINTO, D. S.; ALMEIDA, S. L.; OLIVEIRA, L. M. T. **A Transição Para o Ensino da Agroecologia no Colégio Técnico da Universidade Rural – CTUR**. In: VII SIMPED - AEDB. Rezende-RJ, 2012.